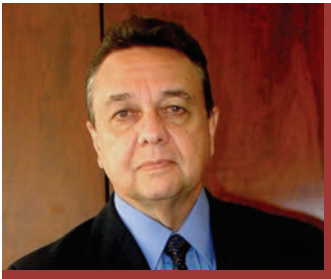


Diário de bordo

Dezembro em Copenhague



Roberto Rodrigues*

CERCA DE 200 países se reunirão em Copenhague em dezembro próximo para a COP 15 (15ª Conferência das Partes), para rever a questão das emissões de gases de efeito estufa em todo o planeta. Na verdade, é muito mais do que isso. O mundo estará debruçado sobre o próprio futuro da humanidade, uma vez que o aquecimento global provocado pelas emissões dos GEE pode levar à desertificação de milhões de hectares em todos os continentes, reduzindo a oferta de alimentos à população ou aumentando seus custos de produção.

Não há dúvida de que ao final desta importante reunião será publicado um documento com metas a serem cumpridas por todos os países, presentes ou não. Espera-se que este documento tenha muito mais consistência que o resultado da última reunião do G8, que apenas tangenciou o assunto, sem compromissos maiores.

A dúvida é se os países cumprirão sua parte. Os Estados Unidos até recentemente se negaram a executar as propostas de Quioto. Felizmente, isso mudou com o novo governo americano, mas como reagirão outros países? Quem os obrigará?

Embora haja muita incerteza quanto a isso, o Brasil não pode ficar à margem do processo. Ao contrário, na nova economia verde que se desenvolverá no pós-crise financeira global, tem um papel relevante

a jogar, até mesmo liderando certos segmentos, como é o caso da agroenergia, uma vez que as emissões de CO₂ da cadeia cana/etanol equivalem a apenas 11% das emissões de CO₂ da gasolina. Nosso imenso território, nossa excelente e preservacionista tecnologia agropecuária, a Amazônia, o pantanal e outros biomas podem se constituir em trunfos que darão ao Brasil uma dominância na temática da sustentabilidade.

Para isso, precisamos de coordenação. O setor privado precisa se organizar bem. Há dezenas de boas e sérias instituições estudando o assunto, se preparando para oferecer propostas e sugestões. Dezenas! Mas falta coordenação, articulação entre os setores produtivos, os consumidores e os ambientalistas. Essa coordenação é essencial. Só assim será possível levar ao governo uma posição firme e definida do que pensa a sociedade brasileira.

Depois, é preciso que haja coordenação também dentro do governo: são muitos ministérios cuidando da matéria, com visões às vezes divergentes. A unidade é fundamental. E a articulação entre o público e o privado é o único caminho.

Mesmo que as ações depois de Copenhague fiquem abaixo das expectativas, o Brasil precisa assumir seu papel protagonista neste momento precioso da história universal e, depois da COP-15, fazer o que precisa ser feito em benefício da humanidade. Aí entra toda a temática da sustentabilidade, com a questão do Código Florestal (ou Ambiental), das reformas de leis velhas, da rastreabilidade e certificação, dos serviços ambientais, da preservação da água e do solo, e um sem número de temas que somos plenamente capazes de resolver. Se nos unirmos. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Respeito ao produtor rural



Cesário Ramalho da Silva*

POR MEIO do seu trabalho pioneiro, o produtor rural é o personagem da nossa sociedade, que dá segurança à integração do Brasil desde o descobrimento. Responsável por abastecer com alimento barato a mesa dos cidadãos brasileiros, o produtor também leva nossos produtos (alimentos, fibras, energia) a mais de 150 países, esforço que já garantiu à nação bilhões em reservas cambiais.

Ao sustentar as exportações, o produtor é o protagonista do agronegócio, setor que impulsiona o PIB e multiplica empregos. O fato é que, se a agricultura e a pecuária vão bem, a indústria produz e o comércio limpa a prateleira. O agro transfere benefícios aos demais segmentos da economia.

Entretanto, para cumprir essa missão, o produtor sente a cada dia o aumento de custos e o achatamento das margens. Para manter-se competitivo e produzir com sustentabilidade, ele tem de incessantemente investir em tecnologia, em gestão, na certificação de processos e produtos, a fim de atender as exigências dos mercados doméstico e internacional. E tudo isso custa, e muito.

Por isso, é imprescindível que a sociedade brasileira, especialmente a que vive nos grandes centros urbanos, reconheça a importância do produtor para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Todavia, o reconhecimento só virá se as entidades, que representam os produtores

Opinião

Serviços ambientais

forem conhecidas e respeitadas além das fronteiras do segmento. As homenagens que a Sociedade Rural Brasileira vem recebendo pelos seus 90 anos nos propiciaram essa constatação. Temos o dever de usar nossa história de praticamente um século de serviços prestados à classe rural para lutarmos pelo prestígio que o produtor merece.

Para ganhar musculatura nas mais diversas negociações, com objetivo de influenciar políticas públicas e modelos de gestão privados, o produtor precisa estar próximo às suas entidades de caráter político. Se o produtor não valorizar suas instituições é um sinal de que não valoriza seu próprio negócio, seu meio de vida, sua raiz.

“Quem, em condições de se associar, se permite o isolamento e sonega a sua cooperação aos que se congregam em sociedade, só de si mesmo se pode queixar”, disse o secretário de Agricultura de São Paulo, João Sampaio, durante a comemoração dos 85 anos da SRB, em 2004, período em que presidia a entidade, ao extrair a declaração acima de documento relativo à celebração dos cinco anos de vida da Rural!

O fato é que o agro precisa investir na formação da opinião pública, estabelecendo um diálogo franco, consistente, pautado pelo conhecimento, não pela emoção, a começar com os principais formadores de opinião do País.

Temos de priorizar a comunicação inteligente, deixando no passado as manifestações pirotécnicas, mas de pouco resultado, como carreatas, palanques e outras. Como destacou o professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Denis Lerrer Rosenfield, no Congresso de Agribusiness, a comunicação institucional é mais lenta, mas é mais sólida e duradoura do que a simples propaganda. É disso que precisamos. ■



João Sampaio*

N O LEQUE de tópicos polêmicos sobre o desenvolvimento sustentável da agropecuária brasileira, passando pelo imediatismo da reforma do Código Florestal, o consenso reside num único ponto: pagamentos por serviços ambientais. A preservação e o aproveitamento sustentável dos recursos naturais passam pela compensação financeira ao produtor. O senão fica por conta de como fazê-lo de forma coerente, responsável e rápida para aquele que preserva e produz.

No relatório de 2007, intitulado *O Estado Mundial da Agricultura e Alimentação* da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), fica claro a premência dos pagamentos para os serviços ambientais – “O reflorestamento de áreas degradadas, a agricultura de conservação e mesmo a manutenção da floresta em pé são serviços ambientais prestados por agricultores. A elaboração de políticas públicas nacionais para esses pagamentos deve passar por quatro etapas: determinar quais serviços ambientais são passíveis de contrapartida, as pessoas que receberiam o pagamento, a quantia a ser paga e o mecanismo de repasse”. O repasse direto aos produtores é uma das opções apontadas pelo relatório e já aplicado em outros países.

Entre as possíveis fontes de financiamento para garantir os incentivos aos produtores, o relatório da FAO sugere a venda de créditos de carbono e a remuneração

dos produtos agrícolas obtidos de forma sustentável. Todas as afirmações da FAO estão em completa sintonia com o que pensamos, entretanto tais temas não são inseridos no corpo das discussões atuais.

A ocupação agrícola, sem critérios agora apreciados, foi realizada com a conivência e incentivo do Estado em algumas regiões. A inserção dos pagamentos por serviços ambientais deve ser item obrigatório na reforma do Código Florestal.

O projeto de lei que institui o pagamento, discutido na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, prevê a criação da Política Nacional de Serviços Ambientais e o Programa Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, voltados principalmente aos agricultores familiares. O mecanismo para a sustentabilidade da agricultura como um todo fica assim comprometido e, mais uma vez reitero, a discussão dos serviços deve ser pauta dos debates do código para toda a produção agropecuária.

Na Costa Rica, o governo criou um mecanismo de financiamento baseado em um fundo - o Fonafifo -, alimentado por uma taxa nos combustíveis fósseis, para remunerar os proprietários rurais que conservam e restauram a floresta nativa, estipulando o pagamento de um valor básico por hectare preservado por agricultores.

Com outra forma de pagamento, há projetos como o da venda de créditos de carbono na bolsa voluntária de Chicago (CCX - Chicago Climate Exchange) para financiar esforços agroflorestais. Ele é gerido pelo Edinburgh Centre for Carbon Management (ECCM) e pela cooperativa mexicana Ambio, a qual atua com produtores do Sul do México em áreas de conservação ou lindeiras às unidades de preservação.

O nosso modelo quem deve criar somos nós, entretanto sem culpados e mocinhos. Imprescindível sim é a articulação de toda a cadeia produtiva e também que o pagamento dos serviços ambientais esteja na pauta prioritária de qualquer discussão de sustentabilidade da produção agropecuária. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo